



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PROCESSO Nº23292.027663/2025-03 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº50/2025/ASRIP

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA –
IFSC E O/A Fundação Universidade Estadual do
Mato Grosso do Sul PARA A CONCESSÃO DE
ESTÁGIOS CURRICULARES.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**, doravante denominado **IFSC**, autarquia federal, constituída nos termos da Lei nº 11.892, de 28/12/2008, inscrito no CNPJ sob o nº 11.402.887/0001-60, sediado à Rua 14 de julho, nº 150, Coqueiros – Florianópolis/SC, CEP 88075-010, neste ato representado por seu Reitor, o Sr. **ZÍZIMO MOREIRA FILHO**, nomeado pelo Decreto 6 de agosto de 2025. Edição 148. Seção 2. Página 1 no Diário Oficial, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO] SSP/SC e CPF nº [REDAZIDO] e de outro a **Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul**, doravante denominado **UEMS**, inscrita no CNPJ nº 86.891.363/0001-80, com sede no endereço Rodovia MS 270 - Dourados-Itahum, 12, bairro Centro, na cidade de Dourados CEP 79.804-970, neste ato representada por Walter Guedes da Silva, portador da carteira de identidade nº [REDAZIDO] SSP/MS e inscrito no CPF nº [REDAZIDO], resolvem celebrar este Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a Lei 11.788/2008 e a Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019 do Ministério da Economia, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para estudantes do IFSC, nas dependências da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e para alunos da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, nas dependências do IFSC, respeitadas as condições legais estipuladas na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

§ 1º As Instituições de Ensino (IES) envolvidas neste Acordo de Cooperação Técnica, isto é, o IFSC e a Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, podem atuar como instituição de ensino ou como unidade concedente de estágio, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) do/a aluno/a. As instituições envolvidas serão doravante

denominadas de IES-Escola e IES-Concedente.

§ 2º - Para fins deste Acordo de Cooperação Técnica, entende-se o estágio curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 3º - O estágio curricular, respeitados os requisitos fixados em lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 4º - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário/a portador/a de deficiência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA IES-ESCOLAS

I. Constituem obrigações da IES-Escola:

1. Encaminhar os/as alunos/as para o estágio, observados os critérios pré-estabelecidos pela IES-Concedente;
2. Avaliar as instalações da IES-Concedente e a sua adequação à formação cultural e profissional dos/as alunos/as;
3. Analisar e aprovar o Plano de Atividades do Estagiário/a (PAE), de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a etapa e modalidade da formação escolar do/a estudante e ao horário e calendário escolar;
4. Celebrar, por meio da Coordenadoria de Estágio do Câmpus do/a estudante ou por meio de unidade organizacional equivalente na IES-Escola, o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) com a parte IES-Concedente e o/a educando/a;
5. Indicar um professor/a-orientador/a, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do/a estagiário/a;
6. Exigir do/a estagiário/a, em prazo não superior a 6 (seis) meses, a apresentação do relatório de atividade conforme estabelecido no TCE e nas normas do curso;
7. Informar, por meio de declaração subscrita pelo/a professor/a da disciplina, mediante solicitação do/a aluno/a, as datas de avaliações escolares ou acadêmicas para fins de redução da carga horária de estágio nos períodos de avaliações;
8. Disponibilizar, no início de cada período letivo, através do Portal do IFSC, o calendário acadêmico;
9. Zelar pelo cumprimento do TCE, reorientando o/a estagiário/a para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas;
10. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes em estágio obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

II. Constituem obrigações da IES-Concedente:

1. Conceder estágio aos/às estudantes da IES-Escola, observadas a legislação vigente e as disposições deste Acordo de Cooperação Técnica;
2. Comunicar à IES-Escola o número de vagas de estágio disponíveis por curso/área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de estudantes ao estágio;

3. Realizar a seleção dos/as candidatos/as ao estágio encaminhados/as pelo IFSC;
4. Indicar um/a funcionário/a de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do/a estagiário/a, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a, considerando a legislação vigente.
5. Celebrar o TCE com a IES-Escola e com o/a aluno/a, zelando pelo seu cumprimento;
6. Providenciar, por escrito, com a devida antecedência, qualquer alteração, prorrogação ou rescisão realizada no TCE;
7. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes em estágio não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado;
8. Conceder bolsa de estágio aos estudantes, cujo valor será fixado no TCE, sendo compulsória a sua concessão, bem como auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório;
9. Assegurar ao/à estagiário/a, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado dentro do período aquisitivo do TCE, preferencialmente durante as férias escolares. Nos casos de estágio com duração inferior a 12 meses, o recesso deverá ser concedido de maneira proporcional;
10. Conceder ao/à estagiário/a, no caso de estágio remunerado, durante o recesso escolar a que se refere o item anterior, o valor correspondente à bolsa de maneira integral;
11. Assegurar que o/a estagiário/a encaminhe à IES-Escola o relatório de atividades conforme estabelecido no TCE e nas normas do curso, dando vistas de que as atividades descritas no referido relatório foram devidamente realizadas pelo estagiário, como prevê o item VII do Art. 9º da Lei 11.788;
12. Entregar ao/à estagiário/a, por ocasião do encerramento do estágio, Termo de Rescisão do Estágio, com o resumo das atividades desenvolvidas, o período e a avaliação de desempenho do/a estagiário/a;
13. Informar a IES-Escola sobre a frequência e o desempenho do/a estagiário/a, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso;
14. Solicitar à IES-Escola a substituição do/a estagiário/a que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto/a a continuar suas atividades de estágio.

§ 1º - Aplica-se ao/à estagiário/a a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua implementação de responsabilidade da IES-Concedente do estágio.

§ 2º - A IES-Concedente poderá conceder bolsa e auxílio-transporte a que se refere o item 8 ao/a aluno/a em estágio obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES

Firmar-se-á para cada estagiário/a o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Programa de Atividades de Estágio (PAE), sendo ambos elaborados em comum acordo entre a IES-Escola, a IES-Concedente e o/a estudante.

§ 1º O TCE deverá contemplar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar/acadêmica do/a aluno/a e ao horário e calendário escolar/acadêmico.

§ 2º À medida que o desempenho do/a aluno/a for avaliado progressivamente, o PAE será

incorporado ao TCE por meio de aditivos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DA JORNADA DE ATIVIDADE

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder a 2 (dois) anos, contados a partir da data de início da vigência TCE. Os estágios terão a carga horária semanal de atividades e a duração explicitadas no TCE e no PAE, observado o disposto nos PPC dos Cursos/Áreas.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

IES-Escola e IES-Concedente poderão propor a rescisão do presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento.

§ 1º - A parte que tiver intenção de rescindir o presente Acordo deverá notificar a outra parte com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, mediante carta com aviso de recebimento ou protocolo.

§ 2º - Em caso de rescisão do presente Acordo será garantida a continuidade aos contratos de estágio já firmados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado mediante formalização de termo aditivo, o qual passará a fazer parte integrante deste instrumento jurídico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá validade de **cinco anos** a partir da data de assinatura das partes interessadas, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Florianópolis/SC, para dirimir questões oriundas do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas de forma consensual com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Acordo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, ____ de _____ de 202__.



Assinado digitalmente por ZIZIMO MOREIRA
FILHO: [REDACTED]
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=
00489828000317, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=ARMPDG, OU=RFB e-CPF A3, CN=
ZIZIMO MOREIRA FILHO [REDACTED]
Razão: REITOR
Localização: REITORIA - IFSC
Data: 2025.10.13 17:18:42-03'00'
Foxit: PDF Reader Versão: 2025.2.0

ZÍZIMO MOREIRA FILHO

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA - IFSC

WALTER GUEDES
DA
SILVA: [REDACTED]

Assinado de forma digital
por WALTER GUEDES DA
SILVA: [REDACTED]
Dados: 2025.10.07
16:13:58 -04'00'

Walter Guedes da Silva

PRÓ-REITOR DE ENSINO DA Fundação
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Testemunhas:

IFSC

Nome:

CPF:

UEMgov.br

Documento assinado digitalmente

MARIA ALZIRA DE SOUZA

Data: 07/10/2025 17:54:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: Maria Alzira de Souza

CPF:

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010

Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60